



UM HISTORIADOR NA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO: REFLEXÕES
SOBRE ESCRITA DA HISTÓRIA E CULTURA RELIGIOSA NO INÍCIO DA
REPÚBLICA BRASILEIRA

ANA PAULA BARCELOS RIBEIRO DA SILVA¹

Neste trabalho refletimos sobre as influências da cultura religiosa na escrita da história do Brasil no contexto posterior à proclamação da República (1889). Pensamos as tensões entre Igreja e Estado por um viés que focaliza os impasses de intelectuais católicos diante do contexto de secularização das primeiras décadas republicanas. Com esta finalidade, utilizamos como janela de reflexão a trajetória e o pensamento do médico e historiador Guilherme Studart (1856-1938), um dos fundadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, presidente da Sociedade São Vicente de Paulo e Barão de Santa Fé – título a ele conferido pelo Papa Leão XIII em 1900. Parte do projeto intitulado “Escrita da história, unidade e integração nacional nas primeiras décadas republicanas: diálogos entre Guilherme Studart e Max Fleiuss (1889-1931)”² no qual é analisada a relação entre história regional e nacional e sua relevância para a unidade e a integração nacionais no período, Studart se mostrou um intelectual emblemático não apenas para estes temas, mas também para o estudo das aproximações entre religião e escrita da história. Pouco trabalhada, esta relação nos permite pensar as escolhas daqueles que pesquisavam e escreviam a história do Brasil e, sendo católicos (ou possuindo vínculos indiretos com o catolicismo), se viram diante das tensões inerentes ao contexto de reestruturação do Estado republicano e positivista. Lembramos que estas relações são latentes em uma sociedade de formação ibérica na qual a religião se mantém influente, mesmo diante de um contexto de ruptura entre Igreja e Estado e da ascensão das ideias positivistas que marca a passagem do século XIX para o XX, interferindo no olhar sobre o passado. Aqui a modernidade e a tradição se encontram gerando tensões e ambiguidades em um período considerado de revisão historiográfica e profissionalização do campo no país.

Mais especificamente, neste breve texto pretendemos trazer para reflexão os significados da atuação de um historiador bastante relevante na configuração do campo

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta de História do Brasil do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores.

² Projeto de pesquisa financiado pela FAPERJ, através de bolsa de Iniciação Científica e Auxílio Básico de Apoio à Pesquisa (APQ1).



historiográfico cearense e na formação do acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará na fundação e organização durante 42 anos da Sociedade São Vicente de Paulo. Entre 1889 e 1931, Guilherme Studart presidiu o Conselho Central da Sociedade. Nela se reuniam políticos e intelectuais católicos, além de membros do clero envolvidos em ações de caridade para com as populações mais pobres de Fortaleza e cidades do interior do Ceará, sobretudo os flagelados das recorrentes secas. Entre os frequentadores da Sociedade estavam o Bispo Dom Joaquim José Vieira e o Arcebispo de Fortaleza Dom Manoel da Silva Gomes. Assim, interessa-nos aqui mapear uma parte da rede de sociabilidade na qual Studart estava inserido e que nos sugere o contato de intelectuais envolvidos na produção de conhecimento histórico com associações católicas que pensavam estratégias de reação e atuação diante da nova conjuntura política. Para esclarecer a proposta, cabe destacar alguns dados acerca da atuação política e historiográfica de Studart. Fundador do Instituto do Ceará em 1887, Studart investiu na compilação de uma vasta documentação histórica recolhida em acervos brasileiros e europeus, como era comum entre os historiadores do período. Afinal, como afirma Angela de Castro Gomes (1996), o mais importante não era a originalidade do texto, mas a busca, divulgação e organização da documentação histórica. Tarefa que levava muitos deles aos arquivos europeus em busca de documentos para os acervos brasileiros. O material levantado por Studart formou o acervo do Instituto do Ceará ainda hoje rico em fontes sobre história do Brasil colonial. Alguns desses documentos contribuíram também para o enriquecimento do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, com o qual o historiador cearense mantinha contato constante.

Em seu fazer histórico, Studart se empenhou em reivindicar e legitimar a participação do Ceará na história do Brasil. Exemplo disto é seu artigo, publicado na *Revista do Instituto Histórico do Ceará* em 1918, no qual defendia uma escrita da história do Brasil que conferisse destaque às províncias do Norte, frequentemente esquecidas. Segundo ele, ao tratar da produção bibliográfica de estrangeiros sobre o Ceará, aquelas obras:

(...) que pretenderam occupar-se de auctores e de assumptos com relação ao Brasil inteiro tiveram de dar quinhão avultado aos Estados de maior evidencia, deixando na penumbra aquelles tidos em segundo plano. Abundantes para uns, avaras para outros.

O facto é que por essa ou aquella circumstancia os pequenos Estados Brasileiros não possuem um repositório bibliographico seu, embora de estreitos limites, e o Ceará entra no número delles (STUDART, 1918: 191-192).

Alguns parágrafos adiante, denuncia ser o Ceará esquecido por naturalistas e etnógrafos, em razão da ausência de grandes riquezas naturais, bem como pelos historiadores que escreviam uma história apenas da Bahia para baixo. Studart critica:

Si passarmos aos historiadores teremos os mesmos reparos a fazer, a pouco montando a contribuição delles. E neste particular a culpa em grande parte é dos Brasileiros. A Historia do Brasil é da Bahia para o Sul, cabendo um pouco a Pernambuco e isso por motivo do período Hollandês; os mais Estados do Norte não possuem nem historia nem mesmo chronica, parece.

(...)

Assim sendo, porque o Ceará não é procurado dos estrangeiros por suas próprias condições naturaes, e porque os que escrevem a historia do Paiz occultam o que tem o Ceará de recommendavel, bello e digno de figurar nos annaes patrios ou só ás carreiras lhe fazem referencias, não avulta o numero de auctores estrangeiros que tratem a nosso respeito e consequentemente não será longa a enumeração de obras que nos interessem de perto (STUDART, 1918: 192-193).

Para preencher parte desta lacuna, seu objetivo no artigo era listar os estrangeiros que visitaram a província e as impressões por eles relatadas. Pretendia, com isto, oferecer um ponto de partida para outros estudos sobre o tema de forma a combater um olhar sobre a história do Brasil excessivamente voltado para regiões consideradas de maior importância, no Sul do país. A história se daria apenas da Bahia para baixo, com alguma atenção para Pernambuco em razão do período holandês no século XVII. Se os estrangeiros não olhavam para as demais províncias, era porque os brasileiros também não o faziam.

O combate de Studart ao esquecimento de províncias como o Ceará esteve presente em sua atuação no Instituto do Ceará, nos trabalhos que produziu – nos quais priorizava a organização de acontecimentos e personagens considerados importantes para a província – e nos diálogos que desenvolvia com seus pares intelectuais. Um bom exemplo disto é a carta enviada a José Francisco da Rocha Pombo, historiador paranaense sócio efetivo do IHGB, em 1909. Nela, Studart comentava o terceiro volume da *História do Brasil*³ de Rocha Pombo, fazendo a correção de muitas informações históricas apresentadas pelo autor sobre o Ceará. Vejamos alguns trechos:

Tenho entre mãos o 3º volume de sua optima Historia do Brazil. Como era natural, fui nella ler logo seus pareceres e conceitos sobre as Capitánias do Norte e os meus velhos conhecidos Martim Soares, Sousa Beça, Diogo de Campos, Jeronymo D'Albuquerque etc. Vi logo que o caro amigo e distincto confrade não possui o 1º volume dos meus Documentos para a Historia do Brasil. Que pena! Si o tivera, teria se excusado de discutir alguns assumptos e aventar hyphoteses quando a certeza está feita. Ahi vae sob registro um exemplar e o guarde pois a edição está esgottada (STUDART, 1909).

Na opinião de Studart, apesar da obra ser “ótima”, Pombo, teria tratado de personagens caros à história cearense de forma equivocada, aventando hipóteses sobre assuntos que, na verdade, ele já havia debatido anteriormente, em especial no seu livro

³ O primeiro volume data de 1905.

*Documentos para a história do Brasil*⁴. Reclamando para si a autoridade de falar sobre o Ceará, envia-lhe um exemplar e qualifica a obra ao pedir que a “guarde pois a edição está esgotada”. Neste mesmo tom ácido, Studart ainda segue com uma série de correções ao trabalho de Rocha Pombo, de modo a reivindicar um lugar de profundo conhecedor da história do Ceará, sendo sua obra material de referência obrigatória sobre a mesma. O historiador paranaense teria errado por não tê-la consultado.

Não foram poucos aqueles que escreveram a Studart pedindo informações, esclarecendo dúvidas sobre fatos e personagens da história cearense e enviando ou solicitando obras e publicações em geral – algo comum no intercâmbio intelectual. Entre seus interlocutores, estiveram, além de Rocha Pombo, Ramiz Galvão e Max Fleiuss, Vieira Fazenda, Clóvis Bevilacqua, Capistrano de Abreu e Afrânio Peixoto – apenas para citar alguns dos mais conhecidos na Capital Federal. Lembrando que no projeto mais amplo no qual este trabalho se insere, embora toda sua correspondência apareça, é conferido destaque ao seu diálogo com Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB e um dos principais responsáveis por seus intercâmbios institucionais. A formação de uma ampla rede de sociabilidade auxiliava, evidentemente, no processo de obtenção de reconhecimento e legitimidade. Como lembra Sérgio Miceli (2001), estas redes sustentam a classe dominante ao favorecerem vínculos sociais, inserção institucional e a construção de carreiras. Sobretudo até os anos 1920, as relações sociais e familiares são fundamentais na formação de trajetórias intelectuais, que a partir dos anos 1930 serão acrescidas de diplomas e credenciais que os legitimam.

Neste sentido, o IHGB (além do Instituto do Ceará e os demais Institutos Históricos regionais) funcionava como local de sociabilidade privilegiado para historiadores, ainda que suas bases tenham sido estremecidas pela proclamação da República, conforme estuda Lúcia Guimarães (2007), já que católico e criado de acordo com o projeto monárquico de construção da nação no século XIX. Ao buscar contato com o IHGB e seus membros, Studart fortalecia sua rede de sociabilidade e, conseqüentemente, seu capital simbólico. Tzvetan Todorov percebe o reconhecimento como “o duplo obrigatório de todas as ações” (TODOROV, 1996: 89). De caráter subjetivo e universal, todos buscamos reconhecimento através de caminhos que variam conforme as culturas, grupos e indivíduos. De todo modo, estes caminhos são caracterizados por interações sociais que fortalecem e legitimam o eu. Segundo Todorov, “o eu somente existe nas relações e pelas relações com os outros; intensificar o intercâmbio

⁴ Coletânea iniciada em 1904.



social significa intensificar o eu” (TODOROV, 1996: 159). Portanto, a atuação de Studart nos remete a um processo subjetivo de construção do eu e a diferentes reflexões sobre relações de alteridade. Neste caso, o eu pode ser o próprio Studart enquanto intelectual em busca de reconhecimento, mas também, metaforicamente, simboliza a história do Ceará e as tentativas dos que a escreviam de torná-la conhecida no Rio de Janeiro.

Este breve panorama da atuação de Studart no campo historiográfico ilustra seu empenho na escrita da história do Ceará e seu contato com alguns dos mais conhecidos historiadores de sua geração. Portanto, trata-se de um indivíduo que era parte do campo e obteve reconhecimento por isso. Este é o eixo pelo qual objetivamos relacionar escrita da história e catolicismo no período. Studart era um militante católico, não apenas a partir da década de 1910, quando esta militância se torna mais comum, mas já no calor dos acontecimentos de 1889. Não por acaso se tornou presidente da Sociedade São Vicente de Paulo no mesmo ano da proclamação, como já sabemos, e foi nomeado Barão de Santa Fé em 1900 pelo Papa Leão XIII por intermédio do Bispo Dom Joaquim Vieira. Os méritos utilizados como justificativa para a nomeação seriam os de benemérito cidadão, homem de letras, pai de família extremoso e médico humanitário. Segundo reportagem da época, Studart teria recebido o título diretamente das mãos do bispo com lágrimas nos olhos. Nela a ênfase está na suposta verdade da sua fé: “O insigne Pastor, de pé, lançou sua benção sobre o honrado Dr. Studart que, profundamente commovido, recebeu-a de joelhos, com a unção do verdadeiro crente” (1900)⁵.

Provavelmente o título de Barão de Santa Fé era consequência direta de sua liderança católica manifestada em diferentes associações, em especial na SSVP. Portanto, o historiador era também o líder católico. Na passagem do século XIX para o XX, estas duas faces se viram diante do processo de secularização republicana e da separação entre Igreja e Estado que interferia nas instituições históricas nas quais se inseria e na própria leitura de história, que agora não poderia mais ser laudatória à monarquia, à dinastia de Bragança, aos Imperadores e à Igreja Católica. Neste sentido, acreditamos que a ênfase na história colonial tenha vínculos não apenas com a tendência historiográfica da época de se analisar períodos mais distantes, mas também com a dificuldade conjuntural de se trabalhar a monarquia encerrada havia pouco. Para melhor refletir sobre o posicionamento de indivíduos como Studart naquela conjuntura, cabe uma consulta ao *Boletim Brasileiro da Sociedade São Vicente de Paulo*,

⁵ Texto impresso (provavelmente recorte de jornal) sem autor ou local de publicação. Ver fontes ao final do trabalho.

publicado a partir de 1890 e presente no acervo da Sociedade em Fortaleza. A mensagem aos confrades publicada em janeiro de 1890 muito nos tem a dizer sobre estes conflitos. Dela reproduzimos alguns trechos:

A nova phase em que vai a igreja brasileira, que o governo provisório separou do estado, exige que vos dirijamos algumas palavras de conforto e animação, afim de que os mais fracos não tropecem nos embarços numerosos que este estado de cousas, novo para nós, inevitavelmente ha de offerecer, e os ponham em risco de apagar-se nelles o santo lume da fé, já tão amortecido entre nós (BOLETIM SSV, 1890: 1).

Diante disso, aconselha a união e a caridade como forma de enfrentar os obstáculos do mundo atual. O primeiro pobre que precisaria de caridade e justiça seria a própria Igreja brasileira em razão dos “ataques” do governo provisório. Assim, o Boletim defende o culto e o clero católicos nessa conjuntura e recomenda, inclusive, a arrecadação de verbas entre os fieis para a manutenção das atividades da Igreja. Acrescenta ainda:

*A Igreja lamenta a separação dos Estados christãos; porque tal separação restringe de certo modo a sua actividade espiritual, que ella emprega toda na salvação e sanctificação de seus filhos com amor de Mãe extremosa.
Em princípio, a separação da Igreja e do Estado está condemnada na LV proposição do Syllabus.
Nunca portanto a Igreja se separa voluntariamente do Estado Christão; é sempre este que della se separa voluntariamente.
Mas deveis reparar que a Igreja é para os Estados christãos, aquillo que a alma é para o corpo – principio de vida.
Ora, quando o corpo se separa da alma, a corrupção e a decomposição invadem sómente o corpo, e não o espirito que é incorruptível.
Análogo phenomeno moral se produz quando o Estado se separa da Igreja.
Deos entretanto apropria áquella Igreja separada um novo corpo, onde ella possa exercer a sua indefectivel actividade espiritual.
As chagas da Igreja brasileira são grandes e profundas. Em todo o seu corpo se notam os vergões por onde passavam as peias do tyrannico padroado, que a arrojavam, a troco das migalhas que, de má vontade, lhe atiravam os governos da Monarchia.
Ao menos essas peias hoje cahiram, e embora, com os membros ainda entorpecidos ao arrocho secular, a Igreja brasileira pôde mover-se agora com mais liberdade, e a sua vida divina pôde agora expandir-se com mais facilidade por todo o corpo (BOLETIM, 1890: 4-5).*

A mensagem ao mesmo tempo acusa o Estado de medidas abusivas contra a Igreja e conclui:

*Já vêdes, caros Confrades, que a condição da Igreja brasileira sob a Monarchia era comparavel á da mulher mal casada, todos os dias acorrentada e maltratada por marido brutal.
Dando-lhe hoje carta de repudio, ao menos o governo provisório restituiu-lhe a liberdade de acção, e não lhe negou por ora, todos os meios de subsistencia.
(...)
Deos que alimenta quotidianamente os pobres passarinhos, veste-os de lindas pennas, negará por ventura o sustento á sua Igreja, desolada e lavada em lagrimas? Não certamente (BOLETIM SSV, 1890: 6-7).*

Por fim, convoca as pastorais e os líderes católicos na defesa da Igreja, diferenciando o cidadão do católico, pois o primeiro existiria apenas até a morte e o segundo viveria pela eternidade:

Quanto ás dificuldades que apparecerem entre os nossos deveres de cidadãos e os de filhos obedientes da Igreja, ser-nos-hão aplainadas pelas pastoraes de nossos bispos, e os conselhos de nossos pastores.

Estas dificuldades não podem entretanto ser grandes, porque o governo provisório respeita, como declarou, a liberdade de consciencia.

Mas, nunca percamos da memoria, que cidadãos sel-o-hemos tão sómente até á hora da nossa morte; porém, filhos da Igreja, sel-o-hemos por toda a eternidade (BOLETIM SSVP, 1890: 7-8).

Não temos clareza de que tenha sido Studart o autor da mensagem, mas ele já era presidente da Sociedade em Fortaleza e, portanto, compreendemos a fala como vinculada ao seu pensamento. Não nos surpreende o tom simpático à separação entre Igreja e Estado. Segundo o autor do texto, o mais correto seria a união, mas, como nos Oitocentos no Brasil a Igreja se vira aprisionada ao Estado pelo padroado e pelo regalismo (“acorrentada e maltratada por marido brutal”), a proclamação da República representava uma oportunidade de autonomização. O fiel católico enfrentaria os obstáculos trabalhando em prol do fortalecimento da instituição, reinserindo-a na nova conjuntura. Acrescentamos aqui uma importante questão. O conflito entre ultramontanismo e regalismo que interferiu nas relações entre a Igreja Católica, a maçonaria e o Imperador Dom Pedro II, se tornou um dos principais focos de tensão do fim do Império e representou um desafio para intelectuais de vários campos. Já muito forte no final do século XIX, o ultramontanismo, que defendia a relação direta da Igreja com Roma e não com o Imperador, acabou influenciando um grande número de intelectuais católicos que perceberam na República o surgimento de novas alternativas para o catolicismo.

Os conflitos foram muitos e a Igreja seguiu defendendo sua posição em questões como ensino, propriedade, família e direitos. Porém, nas primeiras décadas republicanas mantém uma relação complexa com o Estado positivista. Segundo Roberto Romano (1979), além da liberdade conquistada em relação ao período monárquico, a Igreja também contou com um tratamento ambíguo por parte dele. Isto porque, apesar da desconfiança em relação às ideias religiosas, os positivistas percebiam na tradição católica brasileira, caracterizada por ordem e hierarquia, sua própria possibilidade de consolidação. Ainda de acordo com o autor, percebendo a força da religião na manutenção da unidade, “o positivismo representa-se como continuador, em um nível mais elevado do movimento católico, enquanto força e coesão do todo social” (ROMANO, 1979: 121). Em outro de seus trabalhos, Romano lembra que um



“antimodernismo católico” (ROMANO, 1997: 15) esteve presente em boa parte das ideias contra-revolucionárias defendidas após a Revolução Francesa. Teóricos como o próprio Comte refletem esta influência. No caso brasileiro, ela perpassa sociedade e política deixando marcas de uma tradição conservadora e autoritária. Portanto, as rupturas e continuidades são evidentes e estes conflitos influenciaram os olhares dos historiadores sobre o passado. Estes se viram em meio a um impasse: mantinham a religiosidade e, ao mesmo tempo, encontravam no positivismo um método e justificativas racionais para seus argumentos. Não por acaso, investiam na narrativa linear dos acontecimentos, no destaque aos considerados grandes personagens históricos e na organização de arquivos com farta documentação, como vimos ser o caso de Studart. Estas influências positivistas podem ser percebidas na forma como ele mesmo definiu seu trabalho. Sua fala a este respeito foi reproduzida postumamente pelo *Jornal do Commercio* em nota de falecimento publicada no dia 27 de setembro de 1938:

Forneço factos e constato, relembro aspectos e caracteres, formas, tonalidades, faço uma sementeira da reminiscência, junto o disperso, fixo o fluctuante, prendo o erradio ou fugitivo, integro coisas moveidças e desassociadas, aponto para imitação exemplos de honradez e civismo. Foi esse tão somente o meu intento. Já é uma tarefa árdua (JORNAL DO COMMERCIO, 1938).

Não sabemos a data exata desta fala, mas o mesmo Studart que diz reunir e constatar fatos e apontar para exemplos de civismo, e que adere a uma história linear, factual e pautada em documentos oficiais, ainda em 1890 no Boletim da SSVP se posicionava como católico a respeito da proclamação da República. A edição de agosto reproduzia o discurso do presidente do Conselho Central de Fortaleza (Studart) em assembleia geral de 20 de abril de 1890. A fala era dirigida ao bispo (ultramontano) Dom Joaquim José Vieira e tratava basicamente das obras de caridade feitas pela Sociedade naquele ano. Em meio a ela, no entanto, Studart criticava aqueles que queriam apagar no Ceará os valores da religião e da tradição. Neste sentido, pergunta-se: “Porventura o commungar na taça das idéas catholicas constituirá um impecilho, prohibirá a alguem de ser republicano?” (BOLETIM SSVP, 1890: 171). Aponta pelo mundo católicos dedicados que seriam republicanos, procurando mostrar como as esferas são conciliáveis. Diz que “A Igreja, pois, não discute fórmãs de governo, não cogita de impôr aos crentes doutrinas e theorias sobre fórmãs de governo” (BOLETIM SSVP, 1890: 171). Contudo, defende os direitos da Igreja no Estado republicano e sua autonomia, bem como da Sociedade que presidia:

(...) não pôdem attingir as nossas reuniões, penetrar no recinto de nossas sessões o ruido das lutas inglorias da politica, os esgares, as vozes descompassadas do partidarismo. A Sociedade de S. Vicente prende, une, identifica; a intolerancia, que é a filha legitima das divergencias politicas, corrompe, estraga, enfraquece (BOLETIM SSVP, 1890: 171).

Mais adiante ainda afirma: “(...) o Ceará póde e tem a obrigação de ser um Estado alimentado nas crenças catholicas, dirigido pelo Espirito da luz e de força, que cura as nações enfermas e faz os povos verdadeiramente grandes e felizes (...)”. (STUDART, 1890: 172). Studart defende, assim, que o Estado republicano seria conciliável com as ideias católicas. O catolicismo e a Igreja Católica não seriam inimigos do Estado e por isso não deveriam ser por ele combatidos, sendo a intolerância fruto das divergências políticas. Fica claro neste discurso de agosto de 1890 que o médico e historiador também era um pensador católico, de corte ultramontano, que buscava soluções para os obstáculos enfrentados pela Igreja na conjuntura republicana e positivista. Acreditamos que este dilema não era apenas de Studart, mas de intelectuais católicos em geral, muitos deles inseridos em instituições históricas como o Instituto do Ceará e o IHGB aqui abordados.

No caso de Studart parece que sua atuação em defesa das ideias, associações e instituições católicas foi característica de um militante e reconhecida pela Igreja que em 1900 o nomeou Barão de Santa Fé. Em 22 de novembro de 1931, quando deixou a presidência da SSVP, transferiu o cargo para Raimundo Alencar Araripe na presença do arcebispo de Fortaleza Dom Manoel da Silva Gomes. Este alegou que o Barão deixava a função, pois a idade e as condições de saúde o impediam de continuar e que seguiria como presidente perpétuo a partir de então. O arcebispo afirmou frequentar a Sociedade há 20 anos e ter se acostumado a ver o Barão de Studart “visceralmente ligado” (BOLETIM SSVP, 1931: 2) a ela, “constituindo como que uma só e mesma cousa” (BOLETIM SSVP, 1931: 2). Destaca o zelo e a dedicação de Studart que, aliás, também se pronunciou na ocasião:

Cento e vinte e seis vezes tive ocasião de falar aos confrades de Fortaleza, em sessões da assembléa geral, ora a respeito das obras mantidas pela Sociedade, mostrando a necessidade de intensifica-las, apontando as faltas e as deficiencias de algumas, expondo os magnificos resultados obtidos; ora sobre os Conselhos e Conferencias da capital e do interior do Estado, sua marcha, seus progressos e desfalecimentos; ora sobre a memoria dos companheiros arrebatados pela morte (BOLETIM SSVP, 1931: 4).

Em 1938, quando da sua morte, foi caracterizado no mesmo Boletim como “eminente católico”, além de “grande historiador, publicista notavel, homem de ciencia e de letras, tudo isso dele fizeram o maior vulto do cenario intelectual da sua geração, nesta parte do país” (BOLETIM SSVP, 1938:1). No mesmo texto sem autoria consta referência ao recebimento do título de Barão pelo Papa:

(...)foi agraciado com o titulo de Barão de Studart pelos grandes serviços prestados á Sociedade de São Vicente de Paulo, na qualidade de presidente do Conselho Central, posto em que se manteve durante cincoenta anos e que somente deixou,

quando seu precario estado de saude lhe não permitiu mais exercer a sua atividade
(BOLETIM SSV, 1938: 2).

O autor do texto ainda volta a se referir a sua atuação como historiador e cita falas de Capistrano de Abreu e Vieira Fazenda a seu respeito:

Do Barão de Studart disse o grande Capistrano de Abreu:

‘Dos socios do Instituto do Ceará nem um se avantajava ao dr. Studart em dedicação á historia do torrão natal. Os outros cultivam-na nas horas vagas; ele abandonou tudo para entregar-se a ela. Pesquisas aturadas, viagens aquem e alem-mar, copias dispendiosissimas, quando ele proprio não as podia extrair, a montagem de uma oficina tipografica para impressão de seus escritos, ainda não esgotam a lista de tudo quanto tem feito’.

Pelo seu muito valor constituiu-se o Barão de Studart, a quem o grande historiador Vieira Fazenda chamou ‘o Alexandre Herculano do Norte do Brasil’, o diretor mental da História do Ceará (BOLETIM SSV, 1938: 3).

Em meio às homenagens do periódico, aparece ainda um artigo assinado por Júlio Oliveira Filho onde é chamado de “vicentino modelar” (BOLETIM SSV, 1938: 4) – referência que demanda análise mais detalhada para a compreensão dos seus significados políticos, religiosos e ideológicos mais profundos. O autor destaca o polimorfismo da atuação intelectual do Barão na história, na medicina, na imprensa, na militância pela abolição e na atuação religiosa, tendo como uma de suas principais motivações a caridade e o combate à fome oriunda das secas. Ora, em previsível tom laudatório, os textos do Boletim sobre Studart em 1931 e 1938 apresentam o historiador para além de sua atuação católica. Na fonte ele é reconhecido e legitimado como intelectual católico, mas não necessariamente produtor de conhecimento para o campo católico e sim inserido em muitas esferas da sociedade – a religião, a política, a medicina, a imprensa e a pesquisa histórica. Seria o “bom católico” que agia em sua sociedade como um todo. Visão bastante apropriada para a conjuntura de entrada da Ação Católica no Brasil na década de 1930.

Sobre os historiadores direta ou indiretamente vinculados ao pensamento católico na passagem do século, acreditamos que sua visão de mundo influenciava na maneira como pensavam a história. Buscavam unir a diversidade brasileira⁶ em um discurso homogêneo e que destacasse as ações da Igreja Católica na formação nacional, com ênfase no papel da Companhia de Jesus. Assim, acreditamos que a história nacional oficial tenha refletido os interesses de uma construção identitária católica, pacífica e unificada. Em um país onde a religião, mesmo nos momentos de transição, não perde seu espaço, é relevante perceber as

⁶ De inspiração tomista, a defesa da unidade na multiplicidade estava marcadamente presente no pensamento de teóricos católicos do início do século XX. Como exemplos, citamos o inglês Gilbert Chesterton e o francês Jacques Maritain, cujas ideias foram muito apropriadas no Brasil, sobretudo entre os anos 1920 e 1940.

influências das ideias religiosas na escrita da história. Para Marcel Gauchet (2008), após a Revolução Francesa, o mundo religioso foi substituído pelo mundo da história. Isto fez com que a ideia de progresso que então ganhava força se desenvolvesse a partir de uma lógica religiosa, conjugando-se a ela. A história reuniria, portanto, progresso e religião, tradição e modernidade. Assim, ao pensarmos a relação entre integração, identidades e ideias religiosas (temas caros ao projeto já citado do qual este trabalho é apenas um recorte), consideramos que a história, percebida por estes homens ainda como a mestra da vida, seguia ensinando e oferecendo exemplos para o presente e o futuro.

Isto se dá de maneira contrária ao que Reinhart Koselleck (2006) afirma ter ocorrido após o Iluminismo em sociedades como França e Alemanha. Evidentemente, não mais se trata do *topos* ciceroniano *historia magistra vitae*. Estava claro que a história não se repetiria. Neste contexto, não prevalecia mais uma visão cíclica do tempo e a noção de um futuro imprevisível, ainda que prognosticável, já havia se imposto desde o século XVIII. Não obstante, com a história seria possível aprender valores e experiências necessários para a legitimação de uma nação heterogênea e em busca de identidade. Entre eles, destacamos a ordem e as hierarquias, fundamentais na estruturação de uma sociedade excludente como a brasileira. Partes da cultura política luso-brasileira, estas ideias atravessaram a República positivista cujos lemas principais eram a ordem e o progresso. A história, escrita sob o prisma dominante, acordante com o pensamento hegemônico, contribuiria para a manutenção destes valores. A modernidade construída na passagem do século XIX para o XX dependeria em muito de valores herdados da tradição.

Em acordo com esta orientação, a religião católica funciona como fator que agrega, soma, une as diferenças, simula homogeneidade. Esta era a visão de Studart e de vários outros membros dos Institutos Históricos, mesmo que, evidentemente, possam ser percebidas divergências ou distintas nuances em seus pensamentos. Por esta razão, sugerimos que os estudos de historiografia brasileira, sobretudo no período que engloba o chamado longo século XIX, leve em consideração as ideias católicas e, além disto, a cultura religiosa presente na sociedade brasileira. O olhar católico sobre a história não perdeu espaço no contexto da República positivista, apenas foi conjugado a valores modernos que, no campo da escrita da história, tiveram aspectos prioritariamente metodológicos. Por isto, pensamos a escrita da história envolvida por uma cultura religiosa que contribui amplamente para a legitimação de um país católico mediante os avanços da laicização. Ela se apresenta, deste modo, impregnada com valores tradicionais que marcam nossa formação histórica e cultural. Historiadores com

fortes vínculos católicos imprimem a marca desta identidade na história escrita e ensinada nas primeiras décadas republicanas. A ideia de unidade e homogeneidade na diversidade pode ser exemplificada na própria história do Ceará. Mesmo quando as particularidades eram destacadas, elas compunham um quadro de contribuições do âmbito regional para o nacional. A abolição da escravidão na província, ocorrida em 1884, é um exemplo claro disto. Aqueles que a estudaram na primeira metade do século XX, como o próprio Studart, destacaram o pioneirismo da ação e sua capacidade de inspirar o restante do país. No decorrer do século, esta imagem vanguardista continuou fortalecida tornando-se um dos marcos de legitimação da identidade regional⁷. Aqui trata-se de uma particularidade que somente faz sentido se inserida no todo mais geral que a reconhece e legitima.

Aproximando-nos do fim, lembramos que para o centro do poder político no Rio de Janeiro e para o IHGB, a ideia de uma parte integrada e contribuindo para o todo era bastante interessante. Afinal, a construção de identidades nacionais parte diretamente deste processo. Para Anne-Marie Thiesse, a construção de nações requer ancestrais, filiação, origens e feitos glorificadores. A autora estuda o contexto europeu no século XIX. Porém, muito da sua discussão esclarece pontos importantes a respeito do caso brasileiro no período aqui trabalhado. Segundo ela, “todo ato de nascimento demanda uma filiação. A vida das nações europeias começa com a designação dos seus ancestrais. (...) Mergulhar nas profundezas da história é reencontrar na base social as relíquias presentes das heranças dos pais” (THIESSE, 2001: 21)⁸. A história, bem como a arqueologia, seriam campos de conhecimento participantes de um processo de construção identitária fundamental na legitimação das nações. Neste sentido, caberia a escrita de uma história oficial que seria aprendida por todos. Para Thiesse, “as nações modernas não foram construídas senão pelo relato de suas histórias oficiais” (THIESSE, 2001: 11)⁹. Este relato, ao ser pedagogicamente transmitido contribui para que um patrimônio comum seja inventariado. Investimento necessário em um país historicamente recortado por regionalismos. Além disto, segundo ela, “(...) a construção das identidades nacionais foi acompanhada da elaboração de identidades locais, concebidas

⁷ Sobre o tema, destacamos um autor cearense que em muito contribuiu para esta construção identitária: GIRÃO, 1969.

⁸ Tradução da autora deste trabalho. Em idioma original: *Tout acte de naissance établit une filiation. La vie des nations européennes commence avec la désignation de leurs ancêtres. (...) Plonger dans le profondeurs de l'histoire, c'est aller retrouver dans le bas social les reliques enfouies du legs despères.*

⁹ Tradução da autora deste trabalho. Em idioma original: *Les nations modernes ont été construites autrement que ne le racontent leurs histoires officielles.*

segundo modalidades similares, mas elas foram colocadas como secundárias, subordinadas à identidade nacional e não contraditórias para com elas” (THIESSE, 2001/2002: 8).

Para Benedict Anderson, ao forjar elos comuns, a história atuaria na formação da nação como uma comunidade imaginada. Entendendo a nação e os nacionalismos como, “produtos culturais específicos” (ANDERSON, 2008: 30), Anderson defende que para compreendê-los é preciso considerar suas origens históricas e as transformações de significado ao longo do tempo. O autor ainda propõe que a nação seja definida como “uma comunidade política imaginada” (ANDERSON, 2008: 32), limitada e soberana. No que se refere ao nosso tema, reconhecemos no texto de Anderson a relevância de trazer aspectos culturais e imaginários para se pensar as nações. Aspectos muito presentes na construção de um retrato idealizado de Brasil elaborado por historiadores ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX. Neste contexto, quando a nação já se encontrava estruturada e a identidade nacional era ainda um problema, o olhar sobre o passado era fundamental. Segundo Anderson, ele alimentava as reflexões intelectuais da segunda metade do século XIX, contribuindo para o “processo de leitura genealógica do nacionalismo – como expressão de uma tradição histórica continuada serial” (ANDERSON, 2008: 266). A história aproximaria os vivos dos mortos que serviriam de base para o sentimento de nacionalidade. Com ela, seria possível ainda esquecer o que deve ser esquecido, lembrar o que deve ser lembrado e como deve ser lembrado.

A relação entre história regional e nacional também sugere a reciprocidade entre centro e periferia no campo historiográfico. Isto porque o IHGB e os Institutos regionais encontram-se em um constante intercâmbio de informações e documentos, bem como acordos, negociações e projetos comuns que tratam da escrita da história. Ademais, os intelectuais envolvidos neste processo trazem em si a expectativa de reconhecimento não apenas da participação de sua região (periferia) na história do Brasil, mas também de reconhecimento pessoal e profissional na Capital Federal (centro). O intercâmbio intelectual interessava, portanto, a ambos os lados. De acordo com Carlo Ginzburg (1989), embora não dissolva a distância e as hierarquias, esta relação recíproca entre centro e periferia revela interesses e expectativas comuns. Partindo da história da arte italiana, Ginzburg oferece orientações teóricas e metodológicas importantes para se pensar a questão. Para o autor, a ótica centralizadora daqueles que interpretaram a história da arte italiana esvaziou seu policentrismo e gerou a percepção de uma periferia atrasada ou pouco produtiva. No entanto, o correto seria pensar não em atraso, mas em dominação simbólica. Afinal, nem todo atraso é

periférico e nem toda periferia é atrasada. Há uma relação de dominação entre centro e periferia que faz com que muitas vezes se esvazie ou marginalize o papel da periferia de forma que ela seja posta em condição de atraso. Embora não tratemos de arte, cabe apontar para uma tradição historiográfica construída pelo viés da centralização que estabeleceu lugares determinados para o centro e a periferia, sendo esta frequentemente rotulada pelo atraso. Assim, a história escrita no centro não trata da suposta periferia, a não ser que suas ações e marcos históricos estejam interligados com os interesses da Capital.

Enfim, diante das reflexões aqui levantadas a respeito da escrita da história e seus vínculos com a construção da nação e das identidades regionais e nacionais, bem como com a cultura religiosa que marca a sociedade brasileira, percebemos o quanto a figura do Barão de Studart serve como janela de reflexão para uma análise mais ampla que historiciza o próprio campo historiográfico no Brasil. Acreditamos que a passagem do século XIX para o XX, marcada pela reconstituição do Estado sob forma republicana, foi também um período de reconstrução identitária no qual diferentes projetos foram apresentados. Entre eles estava um projeto católico que visava à reafirmação da religião como amálgama do país, ainda que o Estado não fosse mais confessional. Isto em meio a expectativas de autonomia após as amarras impostas pelo padroado. Temos, assim, a conjugação entre fé e razão, tradição e modernidade e a manutenção da ordem e das hierarquias caras à classe dominante, ao Estado positivista e também à Igreja. É neste ponto que para Studart, na Sociedade São Vicente de Paulo em 1890, ou seja, no calor dos acontecimentos e buscando caminhos de adaptação à nova conjuntura, “commungar na taça das idéas catholicas” não “proibirá a alguém de ser republicano”.

FONTES:

Barão de Studart. Seu falecimento no Ceará. *Jornal do Commercio*, 27 de setembro de 1938.

Acervo: IHGB.

Boletim Brasileiro da Sociedade São Vicente de Paulo – N.1 (janeiro de 1890); N. 8 (agosto de 1890); N. 7 e 8 (Julho e Agosto de 1900); Novembro e Dezembro de 1931; Setembro e outubro de 1938. Acervo: SSVP, Fortaleza.

Carta de Guilherme Studart a Rocha Pombo. Fortaleza, 30 de janeiro de 1909. Correspondências. Acervo do Instituto do Ceará (Histórico Geográfico e Antropológico) – CE/Brasil.

Publicação impressa descrevendo a nomeação de Studart como Barão de Santa Fé, 22/01/1900. Sem local de publicação. DVD Arquivos do Barão de Studart, Correspondências. Acervo do Instituto do Ceará (Histórico Geográfico e Antropológico) – CE/Brasil.

STUDART, Guilherme. Extrangeiros e o Ceará. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, Ano XXXII, Tomo XXXII, 1º, 2º, 3º e 4º Trimestres de 1918, Fortaleza: Typographia Minerva, 1918. Acervo do Instituto do Ceará (Histórico Geográfico e Antropológico) – CE/Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. SP: Cia das Letras, 2008.

GAUCHET, Marcel. *La condition historique. Entretiens avec François Azouvi et Sylvain Piron*. Paris: Gallimard, 2008.

GINZBURG, Carlo. “História da Arte Italiana”. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C. (org). *A Micro-história e outros ensaios*. SP: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989, p. 5-93.

GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. 2ª Ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores*. RJ: FGV, 1996.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. RJ: Museu da República, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. SP: Companhia das Letras, 2001.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. SP: Kairós, 1979.

_____. *Conservadorismo romântico*. 2ª Ed. SP: UNESP, 1997.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, p. 7-23, 2001/2002.

_____. *La création des identités nationales. Europe XVIII^e-XIX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de antropologia geral*. Campinas: Papiрус, 1996.